



# Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria

Estado de São Paulo

**CIDADE FOLCLORE**

Santo Antônio da Alegria/SP, 12 de dezembro de 2025.

**Ofício nº 606/2025 – GP**

À

**Câmara Municipal de Santo Antônio da Alegria**

A/C Sr. Presidente

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei – Instituição da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para, respeitosamente, encaminhar à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 97/2025, que institui a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP no Município de Santo Antônio da Alegria, nos termos do artigo 149-A da Constituição Federal.

O encaminhamento do referido Projeto de Lei justifica-se pela necessidade de assegurar fonte específica, estável e vinculada de custeio para os serviços de iluminação pública municipal, os quais abrangem a manutenção, expansão, modernização e melhoria da iluminação de vias, logradouros e demais bens de uso comum do povo, garantindo maior segurança, mobilidade urbana e qualidade de vida à população.

Visa também atender a recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Ressalta-se que a CIP encontra expressa previsão constitucional, constituindo instrumento legítimo de financiamento do serviço de iluminação pública, sendo a proposta apresentada estruturada de forma simples, objetiva e proporcional, com



# Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria

Estado de São Paulo

**CIDADE FOLCLORE**

valor fixo mensal por imóvel cadastrado, de modo a conferir previsibilidade ao contribuinte e viabilidade financeira ao Município, sem qualquer caráter confiscatório.

Destaca-se, ainda, que o Projeto de Lei observa rigorosamente os princípios constitucionais tributários, em especial a legalidade, anterioridade anual e nonagesimal, bem como a vinculação integral da receita arrecadada ao custeio do serviço, vedada sua utilização para finalidade diversa.

Diante da relevância e do interesse público que envolvem a matéria, especialmente quanto à necessidade de garantir fonte específica e contínua de custeio para o serviço essencial de iluminação pública, requer-se, respeitosamente, a tramitação do referido Projeto de Lei em regime de urgência, com a consequente convocação de sessão extraordinária, se assim entender essa Presidência e o Plenário, a fim de possibilitar sua apreciação e deliberação em prazo compatível com a urgência da medida.

Diante do exposto, submeto o Projeto de Lei à análise e deliberação dessa Casa Legislativa, confiante de que sua aprovação representará medida de responsabilidade fiscal e administrativa, voltada ao interesse público e à sustentabilidade dos serviços essenciais prestados pelo Município.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**DENILSON DE CARVALHO**

Prefeito Municipal



# Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria

Estado de São Paulo

**CIDADE FOLCLORE**

## PROJETO DE LEI N.º 27, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

*“Institui a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP no Município de Santo Antônio da Alegria, nos termos do art. 149-A da Constituição Federal, e dá outras providências.”*

**DENILSON DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

**FAZ SABER** que a E. Câmara Municipal de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo, propõe o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º.** Fica instituída, no âmbito do Município de Santo Antônio da Alegria, a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, prevista no art. 149-A da Constituição Federal, destinada ao custeio, à expansão, à modernização, à manutenção e à melhoria do sistema de iluminação pública municipal.

Parágrafo único. O serviço previsto no caput deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

**Art. 2º** É fato gerador da CIP a utilização efetiva ou potencial do sistema de iluminação pública medida pela utilização de energia elétrica por pessoa



# Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria

Estado de São Paulo

**CIDADE FOLCLORE**

natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município.

**Art. 3º** Sujeito passivo da CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido na Zona Urbana do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do Município, inclusive as ligações do Poder Público.

**Art. 4º** O valor da contribuição é o custo dos serviços de iluminação pública, dividido pelo total de ligações cadastradas pela concessionária distribuidora da energia elétrica, sendo fixado nesta data o valor de R\$ 12,00 (doze reais) por sujeito passivo.

**Parágrafo único.** O valor da contribuição a que se refere o “caput” deste artigo será reajustado nos mesmos moldes do reajuste autorizado pela ANEEL às concessionárias.

**Art. 5º** A CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

**§ 1º** O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

**§ 2º** O convênio ou contrato a que se refere o caput deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, retendo os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supracitados.





# Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria

Estado de São Paulo

**CIDADE FOLCLORE**

§ 3º O montante devido e não pago da CIP a que se refere o “caput” deste artigo será inscrito em dívida ativa, 60 dias após a verificação da inadimplência.

§ 4º Servirá como título hábil para a inscrição:

I - a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II - a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III - outro documento que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 5º Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

**Art. 6º** Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrada pela própria Prefeitura Municipal, através de setor financeiro.

**Parágrafo único.** Para o Fundo deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP para custear os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei.

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta lei no prazo de 30 (trinta dias) a contar da sua publicação.



# Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria

Estado de São Paulo

**CIDADE FOLCLORE**

**Art. 8º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) o convênio ou contrato a que se refere o art. 5º.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício financeiro seguinte, observado, em qualquer hipótese, o prazo mínimo de 90 (noventa) dias, nos termos do art. 150, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Constituição Federal.

**Artigo 10.** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria, 12 de dezembro de 2025.

**DENILSON DE CARVALHO**

**Prefeito Municipal**